

# Sarney pede à oposição que dê temas do diálogo

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O presidente do PDS, senador José Sarney, dirigiu ontem apelo às oposições no sentido de que "digam quais os temas que desejam discutir com o governo", dentro da proposta de trégua política, e que "abandonem posturas passionais, passando a ser co-responsáveis perante o destino do País".

O senador maranhense falou à imprensa, à tarde, depois de ter-se reunido com a cúpula de seu partido e de ser recebido pelo ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Leidão de Abreu.

Para Sarney, "a trégua política não constitui palavra solta no meio da mensagem presidencial. É desejo do governo. É cessação de hostilidades para a negociação, e quem negocia não pode impor condições, tem de perseguir a paz. Sem que os partidos opositoristas percam sua identidade e alterem sua linha de conduta, é necessário que apontem quais as questões que podem ser negociadas para que se possa encaminhar o debate".

Ele colocou como questão preliminar a discussão entre os partidos

no Congresso alegando que "o presidente não pode entrar antes que se realize a negociação a nível partidário. O negociador será o presidente da República. O instrumento de negociação será o partido".

O presidente do PDS considerou "alentadoras" as declarações dos governadores eleitos do Rio, Leonel Brizola, e de Minas, Tancredo Neves, bem como de "outras vozes legítimas e representativas da oposição a favor da trégua política e da negociação". Quando um repórter lhe indagou como começaria a negociação, ele considerou irrelevante a questão de método:

"Não devemos procurar o formalismo e, sim, deixar que os fatos políticos se processem normalmente. Todo o mundo está conversando. Agora a oposição deve dizer quais os pontos que discutimos".

Indagado sobre se não havia mais palavras que atos na proposta de trégua, reagiu assim: "Na política, estou cansado de dizer a vocês, a palavra é parte da ação. O simples fato de estabelecermos que deve haver negociação já é, por si só, o início da negociação".

Sarney não aceita a restrição de Tancredo Neves às negociações: "A

palavra inegociável não deve ser sequer usada na mesa do diálogo. Há um consenso no sentido de que o projeto de abertura política do presidente João Figueiredo deve ser coroado por ampla reforma da Constituição. O que importa é o que fazer e não como fazer. Podemos proceder a uma reforma da Carta Magna, com a amplitude necessária pelo atual Congresso. Podemos não chegar à convocação da Constituinte e nos entendermos em torno da ampla reforma da Constituição".

O presidente do PDS descarta a hipótese da volta da eleição direta para a Presidência da República:

"A eleição direta para presidente da República, como é posta serviria apenas para separar o País. Bastaria fazer o pleito em São Paulo, no Rio e em Minas, que abrigam a maioria do eleitorado, com alijamento de todo o Nordeste do processo sucessório. E aí estaríamos de fora. O que interessa não é que a eleição seja direta e sim que seja legítima, que seja uma eleição".

Concluindo, ele apelou à oposição para que "abandone posturas passionais, passando a ser co-responsável conosco ante o destino da Nação".